Estado de Santa Catarina

Municipio de Anchieta

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS

PRIMEIRO Quadrimestre de 2020

Lei Complementar n°101/2000, Art. 9°, § 4°

ATA nº 144

Às quinze horas do dia 28 de setembro de 2020 foi realizada a gravação da Audiência Pública de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Segundo Quadrimestre de 2020, tendo em vista o isolamento social decorrente da pandemia do Coronavírus – COVID-19, vídeo este que será disponibilizado no site oficial e também nas redes sociais do Município. A Contadora Eliza Diesel, fez a abertura da audiência e, logo após, falou da receita arrecadada até o segundo quadrimestre de 2020, sendo esta de R$ 18.477.221,54, alcançando uma média mensal de R$ 2.309.652,69. Quanto as Metas de Arrecadação, destacou-se que a receita prevista para todo o ano de 2020 foi de R$ 24.000.000,00, ou seja, R$ 16.000.000,00 até o quadrimestre, tendo o município de Anchieta, desta forma, cumprido a meta para os quadrimestres. Em se tratando da Receita Corrente Líquida, fora repassada que a mesma atingiu, até o segundo quadrimestre de 2020, R$ 23.776.991,10. A seguir, fora demonstrada a Execução Orçamentária, sendo que a receita efetivamente realizada registra o montante de R$ 15.507.698,49 para as Receitas Correntes e R$ 2.969.523,05 para as Receitas de Capital, que resultou numa arrecadação total de R$ 18.477.221,54. Quanto às despesas, constatou-se que o total realizado até o quadrimestre foi de R$ 15.518.709,89 sendo estas apresentadas por Função de Governo. Assim sendo, o resultado da análise do confronto das receitas arrecadadas com as despesas liquidadas demonstra valores Positivos, na ordem de R$ 2.958.511,65. Acerca da aplicação dos recursos em Saúde, fora demonstrado que os gastos atingiram 26,92%, evidenciando o cumprimento do constante no Art. nº 198 da Constituição Federal, combinando com o disposto no § 1º do Art. n°77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT. Analisando as despesas realizadas com Saúde, no montante de R$ 4.520.422,07, constatou-se que R$ 1.740.694,64 foram realizados com recursos vinculados e outras fontes, enquanto que R$ 2.779.727,43 foram realizados com recursos próprios. Conforme demonstrado na Audiência, os gastos realizados com Educação atingiram 31,54% das receitas resultantes de impostos e transferências, resultando no cumprimento do disposto no Artigo nº 212 da Constituição Federal. De acordo com os dados apresentados, o Município aplicou na função educação o montante total de R$ 3.727.504,41. No tocante à aplicação de recursos na remuneração dos profissionais do magistério, fora gasto até o quadrimestre em análise o montante de R$ 2.066.735,61 o que equivale a 100,94% dos recursos do FUNDEB recebidos no exercício, isto é, encontra-se cumprindo com o disposto na legislação vigente, que estipula uma aplicação mínima de 60%. Em seguida, tratou-se da aplicação dos 95% dos recursos do FUNDEB em ações de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, tendo o município aplicado 102,53% nestas ações. Ainda nesta Audiência fora demonstrada a despesa realizada com pessoal, o Poder Executivo atingiu 49,01% e o Poder Legislativo 2,58%, ficando ambos abaixo dos limites prudencial e máximo, em relação a Receita Corrente Líquida do Município, atendendo o disposto no Art. n°20, Inciso III, alínea 'a', da Lei de Responsabilidade Fiscal. Quanto as despesas com pessoal, no Consolidado, tem-se um percentual de 51,60%, ou seja, abaixo dos limites prudencial e máximo de 57 e 60%, respectivamente. Em seguida, a palavra foi passada ao Secretário de Saúde, Martinhos Scantamburlo, que destacou que em função da Pandemia do Coronavírus – COVID-19, os procedimentos e atendimentos a pacientes estão sendo desenvolvidos seguindo todos os protocolos de segurança pela equipe de trabalhadores da saúde e que, neste período, há uma diminuição de procedimentos realizados, em função dos processos de exigências legais e de isolamento social. Em seguida, foram apresentados os dados referentes ao transporte de pacientes fora do Município, totalizando 437 viagens e 1.843 pacientes transportados no Quadrimestre. Os procedimentos de exames de imagem, consultas e atendimentos, totalizaram 9.495, destacando-se as sessões de fisioterapia e exames de diagnóstico laboratorial. Relatou-se também sobre os principais procedimentos desenvolvidos, classificados por área de atuação, no quadrimestre, o que engloba também as visitas dos Agentes Comunitários de Saúde e de Endemias, sendo estas 1.842 e 2.201, respectivamente, totalizando assim 29.260 procedimentos registrados. Em seguida, foram apresentados os procedimentos realizados na Unidade de Pronto Atendimento – Hospital Municipal Anchietense, sendo 6.870 exames; 376 consultas com o Doutor Juarez e 1.808 consultas de plantão. Ainda nesta Audiência Pública, foi apresentada a Aplicação dos Recursos em Ações e Serviços Públicos de Saúde. Fora demonstrado que os gastos para efeito de cálculo alcançaram, até o quadrimestre, R$ 2.779.727,43, o equivalente a 26,92% ou seja, 11,92% a mais do que o limite obrigatório, evidenciando o cumprimento da legislação vigente. Em seguida, Martinhos trouxe os valores repassados pelo Ministério de Saúde até 24 de setembro de 2020, totalizando R$ 2.207.665,12. Para finalizar, Eliza destacou os meios para o público enviar dúvidas e sugestões, isto é, Lei de Acesso a Informação, Ouvidoria Municipal e e-mail: controleinterno@anchieta.sc.gov.br, agradeceu a atenção de todos e não havendo nada mais a tratar, encerrou a Audiência, da qual lavrou-se a presente ata.

Anchieta(SC), 28 de setembro de 2020.